

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2014

1

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2014	Emendas da CAS
	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor acerca da humanização das relações e dos processos de atenção e gestão em saúde, e estabelece o direito do usuário a acompanhante na assistência à saúde, hospitalar e ambulatorial, e a visita aberta na internação.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 , passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:	
Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:	“ Art. 7º	
..... XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.	
	XIV “ humanização das relações e dos processos de atenção e gestão em saúde.” (NR)	
		Emenda nº 1 – CAS Dê-se ao <i>caput</i> e ao § 1º do art. 2º do PLS nº 378, de 2014, a seguinte redação:
	Art. 2º O usuário de serviço de saúde tem direito à presença de acompanhante na assistência à saúde, hospitalar e ambulatorial, na forma do regulamento.	“ Art. 2º Todo usuário tem direito a acompanhante durante o tempo de sua permanência em atendimento ou internação nos serviços de saúde, na forma do regulamento.
	§ 1º O acompanhante será indicado livremente pelo usuário, admitida a possibilidade de revezamento.	§ 1º O acompanhante será pessoa de livre escolha do usuário, assegurada a possibilidade de revezamento.



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2014

2

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2014	Emendas da CAS
		Emenda nº 3 – CAS Dê-se ao ao § 2º do art. 2º do PLS nº 378, de 2014, a seguinte redação: “Art. 2º.....”
	§ 2º O serviço de saúde deve proporcionar condições adequadas para a permanência do acompanhante, inclusive em tempo integral.	§ 2º O serviço de saúde deve proporcionar condições adequadas para a permanência do acompanhante, inclusive em tempo integral, quando assim permitirem as condições de segurança assistencial.”
		Emenda nº 2 – CAS Substituam-se os §§ 3º e 4º do art. 2º do PLS nº 378, de 2014, pelos seguintes arts. 3º e 4º, respectivamente, renumerando-se o atual art. 3º como art. 5º:
	§ 3º A pessoa internada tem direito à visita aberta, diária, em todas as unidades de internação e serviços congêneres, na forma do regulamento.	“ Art. 3º As unidades de internação e serviços congêneres devem assegurar a visita aberta, diária, na forma do regulamento, admitida a possibilidade de revezamento dos visitantes.
		Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se visita aberta a ampliação do horário de visita, de modo a permitir o contato do usuário com sua rede sócio-familiar.
	§ 4º Aplicam-se as disposições deste artigo aos serviços públicos e privados de assistência à saúde, respeitados a dinâmica do serviço e o critério médico.	Art. 4º Aplica-se o disposto nesta Lei aos serviços de saúde públicos e privados, devendo os casos de impossibilidade de cumprimento das disposições serem devidamente justificados em prontuário, com cópia para os acompanhantes ou visitantes que tiverem seu direito restringido.”
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.	

